

XXIII Conferência Internacional de Lisboa

Sessão temática

Prioridades para a Acção Externa de Portugal

Europa

A União Europeia entre a crise e a integração continental

Luís Lobo-Fernandes . Professor Associado de Ciência Política e Relações Internacionais, Universidade do Minho

Enquadramento da reflexão

1ª Observação – A União Europeia depois do euro e do alargamento: os problemas de um sucesso político

Quero começar por assinalar que alguns dos problemas que temos hoje na Europa decorrem do próprio êxito do processo de integração. É imprescindível reconhecer que os sucessivos alargamentos (e nós já vamos no quinto alargamento) são a principal dimensão dos sucessos da UE em política externa. Ou seja, a UE evidencia uma capacidade de atracção política única. Neste sentido, gostaria de consagrar como uma premissa desta reflexão este facto insufficientemente valorizado. Depois da queda do muro e do colapso da União Soviética, todos os países da Europa, sem excepção, manifestaram a sua vocação europeia e a sua vontade de partilhar desta experiência de integração sem paralelo na história do sistema internacional.

Nunca é demais lembrar que a integração política é um método de resolução pacífica das diferenças, é uma metodologia de paz baseada no interesse comum e sustentada por decisões democráticas, que visa consolidar um espaço de liberdade e de bem-estar em toda a Europa. Como tal, a importância e o alcance da unificação do continente europeu são incomensuráveis.

Tendo em conta estas notas iniciais, penso que as algumas das perguntas que nos podem interessar são: Que União Europeia queremos? Como melhorar a solidariedade europeia? Com que instituições?

O desígnio da integração europeia – convém sublinhá-lo – é a excepção a um sistema das relações internacionais caracterizado estruturalmente por rivalidades, conflitualidade e guerra. Estes mecanismos de integração são pois, uma excepção na história moderna dos Estados. Por isso, a construção europeia é também um extraordinário exemplo de cooperação para outras áreas do globo. Diria mesmo que os europeus carregam, também por isso, uma enorme responsabilidade.

2ª Observação – Desempenho medíocre da Economia Europeia

A Europa parece viver hoje um período de alguma misantropia (diria, um misto de melancolia e desmobilização) não havendo razões de fundo para isso porque, em rigor, o processo de construção da europeia é um processo de grande dinamismo marcado por êxitos importantes. E os problemas que temos na Europa seriam consideravelmente maiores se não existisse esta comunidade de Estados e de cidadãos. Estaríamos todos concerteza piores na ausência deste instrumento de coordenação de vontades, e mesmo aquilo que são problemas reais na vida das pessoas, como por exemplo o desemprego, presumivelmente seria mais acentuado se não tivéssemos esta base institucional e esta capacidade de reflectir em conjunto os problemas, de os resolvermos em conjunto, partilhando recursos e mobilizando energias.

3ª Observação – Não há alternativa credível de prosperidade à União Europeia

É necessário, pois, assegurar que a energia política da União Europeia não se perca, sob pena de entrarmos numa crise grave no momento histórico do maior alargamento. Uma situação que seria contraditória com o tempo que estamos a viver, numa altura em que é preciso antes pôr os mecanismos de integração a funcionar.

Por outro lado, também é importante referir que o ânimo necessário para avançar no domínio da integração política requer uma coesão económica mais afirmativa, isto é, uma Europa centrada na inovação, centrada em novas tecnologias, capaz de melhorar a sua produtividade. É de facto crucial assegurar a competitividade da Europa quer face aos Estados Unidos, quer face a outras áreas emergentes, de onde ressalta naturalmente a China e a Índia.

Há um esforço importante que é preciso fazer. A ilustração mais penosa que tivemos nos últimos tempos foi a chamada Agenda de Lisboa que falhou (a Agenda de Lisboa assenta como se sabe em quatro vectores: mais iniciativa, mais investimento e inovação, melhor coordenação, e níveis de crescimento razoáveis). E falhou fundamentalmente porque o cumprimento dessa estratégia – que visava justamente aumentar a produtividade e criar mais condições para o emprego na União Europeia – foi deixado à inteira discricção dos Estados membros ou seja, faltou aquilo que não era suposto faltar que era mais coordenação a nível comunitário. Pois bem, para que essas iniciativas a nível europeu tenham eficácia é imprescindível que as instituições europeias sejam instituições fortes e intervenientes. Isso depende em grande medida de uma Comissão Europeia mais activa, mais interveniente, e não uma Comissão fraca ou secundarizada.

4ª Observação – Que modelo político?

Vivemos hoje um momento de decisão: ou vamos caminhar no sentido de uma maior integração, de um aprofundamento, de maiores compromissos em matéria institucional ou então, vamos hesitar e quedamo-nos num quadro pouco ambicioso e mais limitado.

Esta questão é especialmente importante porque entronca no problema do Tratado Constitucional e da correspondente reforma do quadro institucional. Nós temos um problema de insuficiência institucional para corresponder às necessidades dos próprios avanços da União isto é, temos neste momento uma “casa” com limitações que não corresponde ao ritmo e às metas entretanto atingidas, como é o caso do mercado interno, do euro e do último alargamento. Sem os ajustamentos institucionais propiciados pelo Tratado Constitucional continuaremos a ter uma construção acentuadamente imperfeita.

A UE tem hoje novas exigências e não é por acaso que foi convocada uma convenção europeia, no sentido de atingir compromissos que as anteriores conferências intergovernamentais não tinham alcançado. Para além de tornar o sistema de decisão mais transparente, tem a vantagem acrescida, na minha óptica, de corresponder àquilo que é a natureza fundamental da União Europeia: simultaneamente uma união de Estados e uma comunidade de cidadãos.

A razão pela qual os portugueses também devem ser consultados sobre as questões europeias não é, do meu ponto de vista, porque existam dúvidas de fundo sobre a necessidade de levar por diante o projecto europeu, mas porque precisamente um novo impulso depende da manifestação clara da vontade popular dos cidadãos europeus expressa nas urnas. Cabe, em primeiro lugar, aos eleitos e aos responsáveis políticos captar a atenção dos eleitores, motivá-los a votar, enfim explicar a importância da Europa.

5ª Observação – Conclusão: O Tratado Constitucional clarifica os níveis de competência e é um elemento de aperfeiçoamento do espaço europeu.